

INTRODUÇÃO

Ainda que, em sua maioria, tenham sido publicados em revistas, blogs e jornais, ou apresentados em reuniões, os textos do presente volume podem ser considerados novos. Foram reelaborados detalhadamente, com o propósito de se promover sua integração, melhorar o foco da análise e evitar repetições. O quanto isso foi conseguido terá de ser avaliado pelo leitor.

Escritos ao sabor dos acontecimentos, os textos flutuam entre a análise de conjuntura e uma elaboração com pretensões teóricas gerais. Não pretendem resolver os vários temas e problemas que discutem. Sua intenção é registrar uma situação e refletir sobre a crise política que se agudizou no Brasil depois dos protestos de junho de 2013 mas que parece entranhada na estrutura mesma das sociedades contemporâneas, expressando a força desconstrutora e reorganizadora do processo de radicalização da modernidade capitalista.

As massas que em junho de 2013 foram às ruas em várias cidades brasileiras surpreenderam, mas as razões de sua efervescência são palpáveis, estão inscritas na realidade do capitalismo globalizado, na história nacional e na conjuntura política.

O protesto maciço contra as deficiências do sistema de prestação de serviços públicos trincou e turvou a imagem de “paz social” que havia no ar, construída ao longo da última década. Não se brigou contra um aumento de 20 centavos nos bilhetes de ônibus em São Paulo e em outras capitais, mas por muito mais, talvez por quase tudo. A revolta não chegou a pedir o céu, nem organizou uma agenda muito clara, mas fez com que ressoasse por longos dias um grito de indignação e de angústia coletiva. Ignorou parlamentares, sindicatos e partidos políticos. Ainda que de modo espontâneo e improvisado, deixou evidente que se dirigia – por vias transversas, sem coordenação ou clareza programática – contra o governo representativo tal qual estruturado no Brasil. Não se voltou contra um governo em particular, mas contra todos os governos: contra o sistema político, seus atores, seus procedimentos e sua cultura. O Brasil conheceu em junho a face mais visível de uma crise da política que vinha de longe, que trocara sua manifestação explícita por uma latência recorrente que aos poucos foi corroendo a representação política e pondo em xeque a legitimidade dos governos.

É uma crise com determinações amplas. O sistema político em sentido estrito surge nela como a ponta de um iceberg, o protagonista que sintetiza o que há de perverso no todo. Questionou-se o sistema vivo, aquele que se mostra na conduta dos políticos, dos partidos e dos governantes, na falta de ideias generosas com que dar um sentido de futuro à sociedade, na facilidade com que se permite o enriquecimento de certos atores e a disseminação de ilícitos de todo tipo. Não é o sistema escrito, constitucionalizado, mas o que funciona (ou não funciona) de fato. O que se questionou, portanto, foi o arranjo político protagonizado por pessoas, grupos e classes, interesses econômicos e organizações que, por vias ora dissimuladas ora explícitas, têm-se associado para governar o país. A crise que temos diante dos olhos é mais que crise política: é crise de um sistema perverso,

que encontra apoio em múltiplos aspectos, econômicos, socio-culturais, políticos, éticos, institucionais, governamentais.

É bem verdade que essa crise não surgiu de repente. Foi germinando e se aprofundando com o correr do tempo. Impulsionada pelos governos – todos eles, sem exceção, em Brasília e nos estados –, que continuaram a exhibir falhas graves e desempenho medíocre, tanto em termos de gestão e de políticas públicas, quanto em termos de comunicação e diálogo com a população. A corrupção cresceu ininterruptamente. Os partidos políticos seguiram em frente como associações parasitárias, sem vida e sem ideias. Não contribuíram para transferir maior politicidade à sociedade civil, que cresceu em dimensão e ativismo sem conseguir contornar a fragmentação. Funcionando de modo regular e rotinizado, o sistema foi permitindo que se agigantasse o contraste entre a miséria de boa parte da população e os gastos desnecessários, o desperdício e o uso suntuoso de recursos públicos pela elite política e administrativa (Executivo, Legislativo e Judiciário). Foi-se distanciando da sociedade e a incentivando a se tornar “contra a política”.

Para complicar, a perversão sistêmica ganhou uma sobre-determinação. Tornou-se mais grave durante o período em que o vértice do Estado passou a ser integrado por quadros e políticos do Partido dos Trabalhadores-PT. Esse fato dramatiza a situação e precisa ser bem compreendido para não ser empregado para fulanizar a crise, resolvê-la na personalização e na responsabilização individual. O PT marcou a história brasileira em sentido positivo desde que se tornou governo federal. Ajudou a mudar a face social do país. Mostrou que a elite política pode incluir grupos e pessoas provenientes de baixo, do chão social, dos rincões esquecidos, dando assim mais voz aos excluídos. Mas o PT, como ator político, não pode ser analisado somente pela ótica da virtude e da inocência. Ele fez política e ao fazê-la se comprometeu, sujou as mãos, mergu-

lhou fundo no sistema, se reciclou e perdeu o frescor da juventude. Tornou-se parte da crise.

Ao optar, em 1995, por transferir todas as energias para a conquista da Presidência da República, o que aconteceu em 2002, o partido foi levado a organizar coalizões à direita e a operar o velho jogo político que antes condenava. Distanciou-se da sociedade civil e mergulhou no paradoxo, perdendo vigor e coerência programática. Organizou um sistema de poder sustentado por um pacto informal entre o grande capital (multinacional e financeiro), os trabalhadores “incluídos” e os mais pobres, intermediado pela liderança de Lula, por uma ampla coalizão parlamentar e pela cooptação de muitas lideranças populares. Políticas de combate à miséria combinaram assistencialismo paternalista e direitos de cidadania, numa mescla que produziu efeitos sociais importantes mas que não modificou a estrutura do país e gerou novos problemas. Geraram um país melhor, mas também mais complexo e exigente.

Ao longo dos anos, o PT afirmou-se como principal partido progressista do país. Como costuma acontecer com quem acumula poder, convenceu-se de que era a única esquerda do Brasil, aquela permitida pela correlação de forças e que promoveria, por dentro do capitalismo em franca reprodução, algumas transformações sociais importantes. Monopolizou assim o campo reformista e de esquerda, deslocando as demais propostas ou para o “centro” e a letargia ou para a retórica esquerdista. Isso, porém, foi feito com baixa capacidade de ação hegemônica: o partido e suas organizações não se dedicaram a qualificar sua ascensão política e sua própria condição histórica de voz contestadora. Não formularam uma nova ideia de política, de democracia, de economia. Não disseminaram cultura, não promoveram uma nova “direção intelectual e moral” (Gramsci) para a sociedade. Sequer conseguiram se contrapor ao neoliberalismo, que cresceu na sociedade. Em vez de projeto de hegemonia, organizaram um projeto de poder.

O fato de ter sido sob governos petistas que se reproduziram as bases do clientelismo, do patrimonialismo e da corrupção funcionou como combustível adicional de frustração e indignação, que só fez aumentar na medida em que foi ficando claro que persistiam os privilégios das grandes empresas, a impunidade dos mais ricos, os gastos exorbitantes e sem critérios claros, o enriquecimento dos dirigentes políticos.

O presente livro parte do reconhecimento de que a sociedade brasileira mudou em profundidade nas últimas décadas. Tornou-se mais dinâmica e mais diferenciada, com mais mobilidade social, novas culturas e novas expectativas. Passou a funcionar cada vez mais em rede. Os centros de poder entraram em crise, perderam transparência e força. O poder não está mais no Palácio do Planalto ou em algum outro palácio. Os partidos pesam pouco na organização de consensos sociais. Há uma revolução em marcha, mas ela não é nem a dos trabalhadores e nem a das classes médias. É uma revolução sem revolução, a sociedade ultrapassando o sistema político e pondo em xeque o que está instituído. O conflito social foi reconfigurado pela digitalização da vida e por modificações importantes ocorridas no mundo do trabalho.

Todo esse processo, que se articula com as modificações que se espalham pelo mundo do capitalismo globalizado e da modernidade radicalizada, desceu às ruas de junho de 2013. Veio à tona de uma só vez. Daí, talvez, a dificuldade para que se compreenda o que se passou. É que o país ficara diferente e não se havia dado conta disso. Não porque nos falem teorias, pesquisas e conceitos. Temos um bom arsenal de ferramentas metodológicas, muitos estudos e pesquisas de qualidade, dados e informações à disposição. O que nos falta é análise política, análise concreta da situação concreta: disposição para articular a estrutura e a superestrutura, a sociedade e o Estado, os interesses, as classes, os valores, a correlação de forças, de modo a que se alcance uma visão de conjunto das molas que movem as pessoas.

Análises políticas totalizantes proliferam com mais facilidade na vida política organizada, onde a correlação de forças ganha materialidade e explicita sua lógica. Fora dela, preponderam visões especializadas, boas intenções, abnegação e ética da convicção, uma racionalidade específica. Se escasseiam os quadros intelectuais, se os espaços de reflexão política e adensamento cultural são pouco expressivos, se a democracia organizada não funciona bem e os partidos deixaram de ser usinas de ideias e valores, então a análise política respirará com dificuldade, confundindo-se com a vocalização midiática de solidariedades, o cálculo eleitoral e a crônica jornalística.

Em junho de 2013, a hipermodernidade emergiu com tudo nas ruas. Trouxe consigo uma nova politicidade, à margem de partidos e organizações e repleta de tendências “nihilistas” pré-políticas. Não faz sentido romantizar os protestos, vê-los como sendo o anúncio de uma democracia revitalizada e ignorar que eles foram uma “terra de ninguém”, aberta ao protagonismo genérico de muitos grupos e indivíduos. As vozes da revolta verbalizaram demandas reais, mas também muita intolerância e incompreensão. Disseram muitas coisas, mas não forneceram soluções. Despertaram consciências e tiraram a política da letargia, mas não anunciaram uma revolução.

É impossível saber se continuarão mobilizadas, mas pode-se dizer que é improvável que cheguem muito longe, a ponto de impor mudanças substantivas. As ruas brasileiras têm baixo poder de agenda: não se entendem sobre as razões que as ativaram ou sobre os passos políticos que terão de ser dados. Mesmo assim, seu efeito positivo não pode ser desprezado. A vida política não será mais a mesma, ainda que demore para mudar.

A agenda brasileira está posta. Não se trata somente de reforma política, ainda que a ela se deva dar lugar de destaque. Afinal, o país necessita de outra política. A superação da ditadura nos anos 1980 não teve força para democratizar e ajustar as

instituições e nem para impor um novo modo de fazer política, situação que se agravou com as transformações socioculturais ocorridas nas décadas seguintes. As elites políticas – de todos os partidos, da esquerda à direita – acomodaram-se ao sistema e passaram a se beneficiar dele, represando o que havia de potência democrática. Sequer os instrumentos de participação direta inscritos na Constituição foram aproveitados. Uma reforma em sentido forte, que modifique o sistema, produza impacto na cultura política e no modo de governar, é um desafio que só tem como ser vencido se incluir todas as forças sociais, dentro e fora do Estado. Uma reforma política cosmética, dedicada a alterar regras eleitorais, de nada servirá.

De qualquer modo, se a questão for responder às ruas de junho de 2013, a reforma política será somente uma parte. Ajudará, mas não resolverá. Políticas públicas de qualidade dependem sem dúvida do modo como se faz política e da institucionalidade existente. Mas dependem mais ainda de capacidade de gestão, de formulação, de avaliação e controle. Passam por relações complicadas entre os entes da federação. Não podem ficar na esfera exclusiva de governos, parlamentares e partidos. Precisam ser projetadas como políticas de Estado, abertas para o conjunto da sociedade.

São Paulo, setembro de 2013